



ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Data e Hora da Autuação: 22/04/2014 13:31

Responsável: GIL FILIPE CAVALCANTE DE MEDEIROS

Unidade gestora: Procuradoria Geral do Município

Município: ARATUBA

Tipo do processo: PCS

Número processo: 10049614

Aratuba, 20 de Março de 2014.

Ofício ____/2014

OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO DE CONTAS

Prestação de Contas de Gestão (PCS)

Município de Aratuba

Procuradoria Geral do Município

Período: 23/08/2013 a 31/12/2013

Gil Filipe Cavalcante de Medeiros, Procurador Geral do Município, CPF nº. 972.665.743-15, residente à Rua Pedro Machado, 571, Bairro Bom Futuro, Fortaleza - CE, Cep: 60.416-432, vem à presença de V.Exa. apresentar a sua Prestação de Contas de Gestão, Período de 23/08/2013 a 31/12/2013, conforme os seguintes documentos:

I - ofício de encaminhamento assinado pela autoridade competente, acompanhado da portaria de nomeação e/ou exoneração, caso esta última tenha ocorrido; (NR);

II – informações cadastrais dos ordenadores de despesa/gestores e contador ou empresa responsável pela elaboração da Prestação de Contas ([modelos nºs 01 e 02](#))

III - balanços orçamentário, financeiro, patrimonial e demonstração das variações patrimoniais, além dos Anexos I, II, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XVI e XVII da Lei nº 4.320/64.

IV - demonstrativo dos adiantamentos concedidos ([modelo n.º 03](#), em anexo);

V - demonstrativo das doações, subvenções, auxílios e contribuições concedidos, pagos ou não, quando for o caso ([modelo n.º 04](#), em anexo);

VI - demonstrativo das responsabilidades não regularizadas, com a indicação das providências adotadas para sua regularização ([modelo n.º 05](#), em anexo);

VII – quadro dos Restos a Pagar inscritos, discriminando os processados e não processados, identificando a classificação funcional programática e, ainda, a relação dos restos a pagar pagos e os cancelados ([modelo nº 06, em anexo](#));

VIII - relatório do responsável pelo setor contábil ([modelo n.º 07](#), em anexo);

IX - termo de conferência de caixa e conciliações bancárias ([modelo n.º 08](#), em anexo);

X - cópia da primeira e última folha dos extratos das contas bancárias relativas ao período de gestão dos responsáveis;

XI – atos da nomeação dos componentes da Comissão de Licitação e do Pregoeiro e Equipe de Apoio;

XII – Relação das entidades beneficiadas por convênio, com a indicação dos valores empenhados e dos valores pagos ([modelo n.º 11](#), em anexo);

XIV – cópia da lei que fixou os subsídios de prefeito, vice-prefeito e secretários para o período;

XIV – lei de estrutura administrativa e relação de bens incorporados.

Atenciosamente,

Gil Filipe Cavalcante de Medeiros
Procurador Geral

Ao
Exmo. Conselheiro Francisco de Paula Rocha Aguiar
Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios
Av. General Afonso Albuquerque Lima, 130 - Cambéba
Fortaleza-CE

GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA
GABINETE DO PREFEITO



DECRETO Nº 032 de 23 de agosto de 2013.

Nomeação do atual ocupante do Cargo
 em Comissão da Procuradoria Geral do
 Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARATUBA, Estado do Ceará, no uso de suas
 atribuições legais que lhe são conferidas.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Senhor **GIL FELIPE CAVALCANTE DE MEDEIROS**, para ocupar
 o cargo em comissão de Procurador Geral do Município, referência CC-1, criado
 em conformidade com a Lei Municipal nº 125/98, de 23 de outubro de 1998.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as
 disposições em contrário.

COMUNIQUE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRÁ-SE

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARATUBA, aos 23 (vinte e três)
 dias do mês de agosto de 2013.

Jose Ivan Santos Neto
JOSE IVAN SANTOS NETO
PREFEITO DO MUNICÍPIO

EDIFÍCIO JOSÉ IVAN SANTOS - RUA JÚLIO PEREIRA, 304, CENTRO, CEP: 62.762-000 - ARATUBA-CE
 TELEFONE: (85) 3329-1132 CNPJ: 07.387.525/0001-70



GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA

Prefeitura Municipal de Aratuba

Exercício: 2013

DADOS DA UNIDADE GESTORA:

Código da Unidade Gestora: 14

Nome da Unidade Gestora: Procuradoria Geral do Município

Nome do Servidor			
Gil Filipe Cavalcante de Medeiros			
Cargo/Função		CPF:	
Procurador Geral		972.665.743-15	
Matrícula		Período de Gestão	
3583		23/08/2013 a 31/12/2013	
Nomeação/Designação		Data do Ato	Data da Publicação
Ato Nº 032/2013		23/08/2013	23/08/2013
Delegação de Competência	Data do Ato	Data da Publicação	Data da Comunicação ao TCM
	23/08/2013	23/08/2013	23/08/2013
Endereço Residencial:			
Rua Pedro Machado		Nº: 571	
Bairro/Distrito: Bom Futuro			
Município: Fortaleza			
UF: CE		CEP: 60.416-432	
Telefone:			
Fixo (85) 3329-1132		Cel: (85) 8899-0751	
E-mail:			
gilfmedeiros@gmail.com			
Elaborado por		Cargo	
Alfa Contabilidade Eireli		Assessoria Contábil	
Inscrição	Data	Assinatura	
CRC CE 0799/O-3 PJ	31/12/2013		

Tesoureiro		Contador		Gestor	
Assinatura		Assinatura		Assinatura	
Nome	Maria Clarice Batista dos Santos Silva	Nome	Alfa Contabilidade Eireli	Nome	Gil Filipe Cavalcante de Medeiros
Matrícula	13	CRC	0799/O-3	Matrícula	3583



GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA

Prefeitura Municipal de Aratuba

Mês/Ano: 12/2013

Órgão: Procuradoria Geral do Município

Unidade Gestora: Procuradoria Geral do Município

CADASTRO DA EMPRESA E/OU CONTADOR RESPONSÁVEL

NOME COMPLETO		
Empresa:		Contador:
Alfa Contabilidade Eireli		José Wellington da Silva
C.N.P.J:	C.P.F.:	C.R.C - CE
11.453.621/0001-47	314.101.973-87	13420/O - 7
Endereço Comercial:		Endereço Residencial:
Rua: Pereira Filgueiras	Nº: 828	Rua: Pereira Filgueiras Nº: 828
Bairro/Distrito: Centro		Bairro/Distrito: Centro
Município: Fortaleza		Município: Fortaleza
UF.: CE	CEP.: 60.160 -150	UF.: CE CEP.: 60.160 -150
Telefone: (85) – 3308-0000		Telefone: (85) – 3308-0000

RESPONSÁVEL PELO PERÍODO:
De 23/08/2013 a 31/12/2013.

Contador		Gestor	
Assinatura		Assinatura	
Nome	Alfa Contabilidade Eireli	Nome	Gil Felipe Cavalcante de Mereiros
CRC	0799/O-3	Matrícula	3583

RUA JÚLIO PEREIRA, 304, CENTRO, CEP: 62.762-000 – ARATUBA-CE

EMAIL: pmaratubagabinete.01@gmail.com

FONE: (85) 3329-1132 - CNPJ: 07.387.525/0001-70 – CGF: 06.920.207-9

Estado do Ceará

Exercício de 2013

GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA

Período: 01/01/2013 a 31/12/2013

03.01 - Procuradoria Geral do Município

Página. : 1

Receita e Despesa Segundo as Categorias Econômicas

(em R\$ 1,00)

Adendo II a Portaria SOF No. 03, de 04 de Fevereiro de 1985

Anexo 1, da Lei No. 4.320/64

Receitas		Despesas	
Receitas Correntes	0,00	Despesas Correntes	69.839,41
DEFICIT Corrente	69.839,41	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	63.002,17
Deduções da Receita Corrente	0,00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.837,24
Deduções do FUNDEB	0,00	Despesas de Capital	1.737,00
Deduções da Receita Patrimonial	0,00	INVESTIMENTOS	1.737,00
Receitas de Capital	0,00		
DEFICIT Capital	1.737,00		
R E S U M O			
Receitas Correntes	0,00	Despesas	69.839,41
Receitas de Capital	0,00	Despesas de Capital	1.737,00
Receitas Correntes Intra-Orçamentárias	0,00		
Déficit	71.576,41		
Total Geral do Anexo 01:	71.576,41		71.576,41

ALFA CONTABILIDADE EIRELI
ASSESSORIA CONTÁBIL CRC: 799/O-3

GIL FILIPE CAVALCANTE DE MEDEIROS
PROCURADOR MUNICIPAL

Estado do Ceará
GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA
03.01 - Procuradoria Geral do Município

Exercício de 2013
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013

Página.: 1

Receitas Segundo as Categorias Econômicas

Anexo 2, da Lei nº 4320, de 17/03/64 (Portaria SOF nº 8, de 04/02/85)

(em R\$ 1,00)

Código	Especificação	Detalhamento	Fonte	Cat. Econômica
--------	---------------	--------------	-------	----------------

Receitas

Não existem Receitas Orçamentárias para esta Unidade Gestora.

Estado do Ceará
GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA

03.01 - Procuradoria Geral do Município

Exercício de 2013

Período: 01/01/2013 a 31/12/2013

Página.: 1

Despesa Segundo as Categorias Econômicas

Anexo 2, da Lei nº 4320, de 17/03/64 (Portaria SOF nº 8, de 04/02/85)

Orgão: 03	Procuradoria Geral do Município			
U.O.: 03.01	Procuradoria Geral do Município			
Código	Especificação	Desdobramento	Grupo	Cat. Econômica
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			69.839,41
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		63.002,17	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	63.002,17		
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	53.084,16		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	9.918,01		
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		6.837,24	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	6.837,24		
3.3.90.14.00	Diárias - Civil	333,20		
3.3.90.30.00	Material de Consumo	1.726,28		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	782,36		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	3.995,40		
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			1.737,00
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS		1.737,00	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	1.737,00		
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	1.737,00		
Total da Unidade Orçamentária:		71.576,41	71.576,41	71.576,41
			Total Geral:	71.576,41

ALFA CONTABILIDADE EIRELI
 ASSESSORIA CONTÁBIL CRC: 799/O-3

GIL FILIPE CAVALCANTE DE MEDEIROS
 PROCURADOR MUNICIPAL

Estado do Ceará
GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA

03.01 - Procuradoria Geral do Município

Exercício de 2013

Período: 01/01/2013 a 31/12/2013

Página.: 1

Despesa Segundo as Categorias Econômicas - Consolidado

Anexo 2, da Lei nº 4320, de 17/03/64 (Portaria SOF nº 8, de 04/02/85)

Código	Especificação	Desdobramento	Grupo	Cat. Econômica
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			69.839,41
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		63.002,17	
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	63.002,17		
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal	53.084,16		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	9.918,01		
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES		6.837,24	
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	6.837,24		
3.3.90.14.00	Diárias - Civil	333,20		
3.3.90.30.00	Material de Consumo	1.726,28		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	782,36		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa	3.995,40		
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			1.737,00
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS		1.737,00	
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	1.737,00		
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	1.737,00		
Total Geral:				71.576,41

ALFA CONTABILIDADE EIRELI
 ASSESSORIA CONTÁBIL CRC: 799/O-3

GIL FILIPE CAVALCANTE DE MEDEIROS
 PROCURADOR MUNICIPAL

Estado do Ceará
GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA
 03.01 - Procuradoria Geral do Município

Exercício de 2013
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013
 Página.: 1

Despesas Por Funções, Subfunções e Programas

Anexo 6, da Lei nº 4320, de 17/03/64 (Portaria SOF nº 8, de 04/02/85)

Orgão: 03 Procuradoria Geral do Município

U.O.: 03.01 Procuradoria Geral do Município

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04.000.0000	Administração	0,00	0,00	71.576,41	71.576,41
04.092.0000	Representação Judicial e	0,00	0,00	71.576,41	71.576,41
04.092.0002	Gestao Administrativa	0,00	0,00	71.576,41	71.576,41
Total da Unidade Orçamentária:		0,00	0,00	71.576,41	71.576,41
Total Geral:		0,00	0,00	71.576,41	71.576,41

ALFA CONTABILIDADE EIRELI
 ASSESSORIA CONTÁBIL CRC: 799/O-3

GIL FILIPE CAVALCANTE DE MEDEIROS
 PROCURADOR MUNICIPAL

Estado do Ceará
GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA
03.01 - Procuradoria Geral do Município

Exercício de 2013
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013
Página.: 1

Despesas Por Funções, Subfunções e Programas

Anexo 7, da Lei nº 4320, de 17/03/64 (Portaria SOF nº 8, de 04/02/85)

Código	Especificação	Op. Especiais	Projetos	Atividades	Total
04.000.0000	Administração	0,00	0,00	71.576,41	71.576,41
04.092.0000	Representação Judicial e	0,00	0,00	71.576,41	71.576,41
04.092.0002	Gestao Administrativa	0,00	0,00	71.576,41	71.576,41
Total Geral:		0,00	0,00	71.576,41	71.576,41

ALFA CONTABILIDADE EIRELI
ASSESSORIA CONTÁBIL CRC: 799/O-3

GIL FILIPE CAVALCANTE DE MEDEIROS
PROCURADOR MUNICIPAL

Estado do Ceará
GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA
03.01 - Procuradoria Geral do Município

Exercício de 2013
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013
Página.: 1

Despesas Por Funções, Subfunções e Programas de Acordo com o Vínculo

Anexo 8, da Lei nº 4320, de 17/03/64 (Portaria SOF nº 8, de 04/02/85)

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
04.000.0000	Administração	71.576,41	0,00	71.576,41
04.092.0000	Representação Judicial e Extrajudicial	71.576,41	0,00	71.576,41
04.092.0002	Gestao Administrativa	71.576,41	0,00	71.576,41
Total Geral:		71.576,41	0,00	71.576,41

ALFA CONTABILIDADE EIRELI
ASSESSORIA CONTÁBIL CRC: 799/O-3

GIL FILIPE CAVALCANTE DE MEDEIROS
PROCURADOR MUNICIPAL

Estado do Ceará
GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA
03.01 - Procuradoria Geral do Município

Exercício de 2013
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013
Página.: 1

Despesas por Órgãos e Funções

Anexo 9, da Lei nº 4320, de 17/03/64 (Portaria SOF nº 8, de 04/02/85)

Unidade Orçamentária	Legislativa	Judiciária	Essencial à Justiça	Administração
Procuradoria Geral do Município	0,00	0,00	0,00	71.576,41
Total Geral:	0,00	0,00	0,00	71.576,41

Estado do Ceará
GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA
03.01 - Procuradoria Geral do Município

Exercício de 2013
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013
Página.: 1

Despesas por Órgãos e Funções

Anexo 9, da Lei nº 4320, de 17/03/64 (Portaria SOF nº 8, de 04/02/85)

Unidade Orçamentária	Defesa Nacional	Segurança Pública	Relações Exteriores	Assistência Social
Procuradoria Geral do Município	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral:	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado do Ceará
GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA
03.01 - Procuradoria Geral do Município

Exercício de 2013
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013
Página.: 1

Despesas por Órgãos e Funções

Anexo 9, da Lei nº 4320, de 17/03/64 (Portaria SOF nº 8, de 04/02/85)

Unidade Orçamentária	Previdência Social	Saúde	Trabalho	Educação
Procuradoria Geral do Município	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral:	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado do Ceará
GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA
03.01 - Procuradoria Geral do Município

Exercício de 2013
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013
Página.: 1

Despesas por Órgãos e Funções

Anexo 9, da Lei nº 4320, de 17/03/64 (Portaria SOF nº 8, de 04/02/85)

Unidade Orçamentária	Cultura	Direito da Cidadania	Urbanismo	Habitação
Procuradoria Geral do Município	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral:	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado do Ceará
GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA
03.01 - Procuradoria Geral do Município

Exercício de 2013
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013
Página.: 1

Despesas por Órgãos e Funções

Anexo 9, da Lei nº 4320, de 17/03/64 (Portaria SOF nº 8, de 04/02/85)

Unidade Orçamentária	Saneamento	Gestão Ambiental	Ciência e Tecnologia	Agricultura
Procuradoria Geral do Município	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral:	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado do Ceará
GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA
03.01 - Procuradoria Geral do Município

Exercício de 2013
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013
Página.: 1

Despesas por Órgãos e Funções

Anexo 9, da Lei nº 4320, de 17/03/64 (Portaria SOF nº 8, de 04/02/85)

Unidade Orçamentária	Organização Agrária	Indústria	Comércio e Serviços	Comunicações
Procuradoria Geral do Município	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral:	0,00	0,00	0,00	0,00

Estado do Ceará
GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA
03.01 - Procuradoria Geral do Município

Exercício de 2013
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013
Página.: 1

Despesas por Órgãos e Funções

Anexo 9, da Lei nº 4320, de 17/03/64 (Portaria SOF nº 8, de 04/02/85)

Unidade Orçamentária	Energia	Transporte	Desporto e Lazer	Encargos Especiais	Total
Procuradoria Geral do Município	0,00	0,00	0,00	0,00	71.576,41
Total Geral:	0,00	0,00	0,00	0,00	71.576,41

ALFA CONTABILIDADE EIRELI
ASSESSORIA CONTÁBIL CRC: 799/O-3

GIL FILIPE CAVALCANTE DE MEDEIROS
PROCURADOR MUNICIPAL

Estado do Ceará
GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA
03.01 - Procuradoria Geral do Município

Exercício de 2013
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013
Página.: 1

Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada

Anexo 10, da Lei nº 4320, de 17/03/64 (Portaria SOF nº 8, de

(em R\$ 1,00)

Código	Especificação	Orçada R\$	Arrecadada R\$	Diferença para +/-
--------	---------------	------------	----------------	--------------------

Receitas

Não existem Receitas Orçamentárias para esta Unidade Gestora.

Estado do Ceará
GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA

03.01 - Procuradoria Geral do Município

Exercício de 2013

Período: 01/01/2013 a 31/12/2013

Página.: 1

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada

Anexo 11, da Lei nº 4320, de 17/03/64 (Portaria SOF nº 8, de 04/02/85)

Orgão: 03 Procuradoria Geral do Município

U.O.: 03.01 Procuradoria Geral do Município

Código	Especificação	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	Realizada	Diferença
3.0.00.00.00	DESPESAS CORRENTES	269.381,00	0,00	269.381,00	69.839,41	199.541,59
3.1.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS	70.981,00	0,00	70.981,00	63.002,17	7.978,83
3.1.90.00.00	Aplicações Diretas	70.981,00	0,00	70.981,00	63.002,17	7.978,83
3.1.90.11.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	59.985,00	0,00	59.985,00	53.084,16	6.900,84
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	10.996,00	0,00	10.996,00	9.918,01	1.077,99
3.3.00.00.00	OUTRAS DESPESAS	198.400,00	0,00	198.400,00	6.837,24	191.562,76
3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	198.400,00	0,00	198.400,00	6.837,24	191.562,76
3.3.90.14.00	Diárias - Civil	400,00	0,00	400,00	333,20	66,80
3.3.90.30.00	Material de Consumo	2.000,00	0,00	2.000,00	1.726,28	273,72
3.3.90.33.00	Passagens e Despesas com	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros -	63.000,00	0,00	63.000,00	782,36	62.217,64
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros -	130.000,00	0,00	130.000,00	3.995,40	126.004,60
3.3.90.92.00	Despesas de Exercícios	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	1.750,00	0,00	1.750,00	1.737,00	13,00
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS	1.750,00	0,00	1.750,00	1.737,00	13,00
4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	1.750,00	0,00	1.750,00	1.737,00	13,00
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material	1.750,00	0,00	1.750,00	1.737,00	13,00
Total da Unidade Orçamentária:		271.131,00	0,00	271.131,00	71.576,41	199.554,59
Total Geral:		271.131,00	0,00	271.131,00	71.576,41	199.554,59

ALFA CONTABILIDADE EIRELI
 ASSESSORIA CONTÁBIL CRC: 799/O-3

GIL FILIPE CAVALCANTE DE MEDEIROS
 PROCURADOR MUNICIPAL

Estado do Ceará
GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA
 03.01 - Procuradoria Geral do Município

Exercício de 2013
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013
 Página.: 1

Balanco Orçamentário

Anexo 12, da Lei nº 4320, de 17/03/64 (Portaria SOF nº 8, de 04/02/85)

Receitas

Sem receitas orçamentárias para esta Unidade Gestora.

Despesas

Especificação	Fixação R\$	Execução R\$	Diferença R\$
Créditos Orçamentários e Suplementares	271.131,00	71.576,41	199.554,59
Créditos Especiais e Extraordinários	0,00	0,00	0,00
Sub-Total:	271.131,00	71.576,41	199.554,59
Superavits:	0,00	0,00	0,00
Total Geral:	271.131,00	71.576,41	199.554,59

ALFA CONTABILIDADE EIRELI
 ASSESSORIA CONTÁBIL CRC: 799/O-3

GIL FILIPE CAVALCANTE DE MEDEIROS
 PROCURADOR MUNICIPAL

Estado do Ceará
GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA
 03.01 - Procuradoria Geral do Município

Exercício de 2013
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013

Página.: 1

Balanco Financeiro

Anexo 13, da Lei nº 4320, de 17/03/64 (Portaria SOF nº 8, de 04/02/85)

R E C E I T A		D E S P E S A	
Receitas Orçamentárias		Despesas Orçamentárias	
		Administração	71.576,41
Total da Receita Orçamentária:	0,00	Total da Despesa Orçamentária:	71.576,41
Empenhado a Pagar Processado	2.885,95		
Empenhado a Pagar Não Processado	0,00		
Total Empenhado a Pagar	2.885,95		
Receita Extra Orçamentária		Despesa Extra Orçamentária	
CONSIGNAÇÃO CONTRIBUIÇÃO SINDICAL ANL	23,66	CONSIGNAÇÃO CONTRIBUIÇÃO SINDICAL ANL	23,66
FALTAS	60,66	FALTAS	60,66
INSS	5.692,56	INSS	7.446,49
IRRF	895,83	IRRF	895,83
ISS	78,49	ISS	78,49
		RESTOS A PAGAR 2012	6.615,00
Total da Receita Extra Orçamentária:	6.751,20	Total da Despesa Extra Orçamentária:	15.120,13
Receita de Transferências		Despesa de Transferências	
Procuradoria Geral do Município	76.707,00	Procuradoria Geral do Município	398,05
Total das Receitas por Transferências:	76.707,00	Total das Despesas por Transferências:	398,05
Total:	86.344,15	Total:	87.094,59
Caixa - Saldo Anterior		Caixa - Saldo Atual	
Saldo do mês anterior em Caixa:	0,00	Saldo do mês atual em Caixa:	0,00
Banco - Saldo Anterior		Banco - Saldo Atual	
B.B 8.365-8 (PROCURADORIA	773,98	B.B 8.365-8 (PROCURADORIA	23,54
Saldo do mês anterior em Banco:	773,98	Saldo do mês atual em Banco:	23,54
Total Geral:	87.118,13	Total Geral:	87.118,13

GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA, em 31 de Dezembro de 2013

ALFA CONTABILIDADE EIRELI
 ASSESSORIA CONTÁBIL CRC: 799/O-3

GIL FILIPE CAVALCANTE DE MEDEIROS
 PROCURADOR MUNICIPAL

Estado do Ceará

Exercício de 2013

GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA

Período: 01/01/2013 a 31/12/2013

Procuradoria Geral do Município

Página.: 1

Balanço Patrimonial

Anexo 14, da Lei nº 4.320, de 17/03/1964 (Portaria SOF nº 8, de 04/02/1985)

Ativo		Passivo	
Titulos	R\$	Titulos	R\$
Ativo Financeiro		Passivo Financeiro	
Disponível	23,54	Restos a Pagar	71.241,83
Caixa	0,00	Restos a Pagar Processados	71.241,83
Banco Conta Movimento	23,54	Restos a Pagar Não Processados	0,00
		Depósitos / Créditos Diversos	220,80
		CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	220,80
Ativo Permanente	3.147,00		
BENS MÓVEIS	3.147,00		
Soma do Ativo Real	3.170,54	Soma do Passivo Real	71.462,63
		Passivo Real Descoberto:	68.292,09
Total Geral:	71.462,63	Total Geral:	71.462,63

ALFA CONTABILIDADE EIRELI
ASSESSORIA CONTÁBIL CRC: 799/O-3

GIL FILIPE CAVALCANTE DE MEDEIROS
PROCURADOR MUNICIPAL

Estado do Ceará
GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA
 Procuradoria Geral do Município

Exercício de 2013
Período: 01/01/2013 a 31/12/2013
 Página.: 1

Demonstração das Variações Patrimoniais

Anexo 15, da Lei nº 4.320, de 17/03/1964 (Portaria SOF nº 8, de 04/02/1985)

Variações Ativas		Variações Passivas	
Titulos	R\$	Titulos	R\$
Sem Receitas Orçamentárias para esta Unidade Gestora.		Resultantes da Execução Orçamentária	
		Despesas Orçamentárias	
		DESPESAS CORRENTES	69.839,41
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	63.002,17
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.837,24
		Auxílios	6.837,24
		DESPESAS DE CAPITAL	1.737,00
		INVESTIMENTOS	1.737,00
Mutações Patrimoniais Ativas	78.444,00	Mutações Patrimoniais Passivas	398,05
REPASSE RECEBIDO	76.707,00	REPASSE CONCEDIDO	398,05
AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS	1.737,00		
Independentes da Execução Orçamentária	5.268,72	Independentes da Execução Orçamentária	1.726,28
ALMOXARIFADO	1.726,28	BAIXA DE AMOXARIFADO	1.726,28
Variações Ativas Diversas	3.542,44		
Total das Variações Ativas	83.712,72	Total das Variações Passivas	73.700,74
		Superávit Verificado:	10.011,98
Total Geral:	83.712,72	Total Geral:	83.712,72

ALFA CONTABILIDADE EIRELI
 ASSESSORIA CONTÁBIL CRC: 799/O-3

GIL FILIPE CAVALCANTE DE MEDEIROS
 PROCURADOR MUNICIPAL

Demonstrativo da Dívida Fundada Interna

Anexo 16, da Lei nº 4320, de 17/03/64 (Portaria SOF nº 8, de 04/02/85)

Autorizações						Saldo Anterior	Movimento no Período		Saldo Atual
Nº Lei	Data Lei	Quant	Valor Emissão	Contrato	Data Contr.		Inscrição	Baixa	

Demonstrativo da Dívida Flutuante

Anexo 17, da Lei nº 4320, de 17/03/64 (Portaria SOF nº 8, de 04/02/85)

Título	Saldo Anterior ao Período		Movimento no Período		Saldo Para o Período Seguinte	
	Crédito	Débito	Inscrição	Baixa	Débito	Crédito
Restos a Pagar						
Restos a Pagar Processados	78.482,88	0,00	2.885,95	10.127,00	0,00	71.241,83
Restos a Pagar Não Processados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SubTotal:	78.482,88		2.885,95	10.127,00		71.241,83
Depósitos / Créditos Diversos						
ISS	0,00	0,00	78,49	78,49	0,00	0,00
IRRF	0,00	0,00	895,83	895,83	0,00	0,00
BRADESCO S/A	30,44	0,00	0,00	30,44	0,00	0,00
FALTAS	0,00	0,00	60,66	60,66	0,00	0,00
INSS	1.753,93	0,00	5.692,56	7.446,49	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	220,80	0,00	0,00	0,00	0,00	220,80
CONSIGNAÇÃO CONTRIBUIÇÃO SINDICAL ANUAL	0,00	0,00	23,66	23,66	0,00	0,00
Total Geral:	80.488,05		9.637,15	18.662,57		71.462,63

ALFA CONTABILIDADE EIRELI
ASSESSORIA CONTÁBIL CRC: 799/O-3

GIL FILIPE CAVALCANTE DE MEDEIROS
PROCURADOR MUNICIPAL

Demonstrativo da Dívida Flutuante

Anexo 17, da Lei nº 4320, de 17/03/64 (Portaria SOF nº 8, de 04/02/85)

Título	Saldo Anterior ao Período		Movimento no Período		Saldo Para o Período Seguinte	
	Crédito	Débito	Inscrição	Baixa	Débito	Crédito
Restos a Pagar Processados						
Procuradoria Geral do Município	78.482,88	0,00	2.885,95	10.127,00	0,00	71.241,83
Restos a Pagar Não Processados						
Procuradoria Geral do Município	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ISS						
Procuradoria Geral do Município	0,00	0,00	78,49	78,49	0,00	0,00
IRRF						
Procuradoria Geral do Município	0,00	0,00	895,83	895,83	0,00	0,00
BRADESCO S/A						
Procuradoria Geral do Município	30,44	0,00	0,00	30,44	0,00	0,00
FALTAS						
Procuradoria Geral do Município	0,00	0,00	60,66	60,66	0,00	0,00
INSS						
Procuradoria Geral do Município	1.753,93	0,00	5.692,56	7.446,49	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL						
Procuradoria Geral do Município	220,80	0,00	0,00	0,00	0,00	220,80
CONSIGNAÇÃO CONTRIBUIÇÃO SINDICAL ANUAL						
Procuradoria Geral do Município	0,00	0,00	23,66	23,66	0,00	0,00

Demonstrativo da Dívida Flutuante

Anexo 17, da Lei nº 4320, de 17/03/64 (Portaria SOF nº 8, de 04/02/85)

Título	Saldo Anterior ao Período		Movimento no Período		Saldo Para o Período Seguinte	
	Crédito	Débito	Inscrição	Baixa	Débito	Crédito
Total Geral:	80.488,05		9.637,15	18.662,57		71.462,63

ALFA CONTABILIDADE EIRELI
ASSESSORIA CONTÁBIL CRC: 799/O-3

GIL FILIPE CAVALCANTE DE MEDEIROS
PROCURADOR MUNICIPAL



GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA

Unidade Gestora: Procuradoria Geral do Município
Período: 23/08 – 31/12/2013

DEMONSTRATIVO DOS ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS (SUPRIMENTO DE FUNDOS)

Responsável	Concessão			Data limite P/ aplicação	Comprovação		Valor Devolvido	Observação
	Valor Concedido	Processo Nº	Data		Processo Nº	Data		
Nome								
Matrícula								
Nome								
Matrícula								
Nome		SEM MOVIMENTO						
Matrícula								
Nome								
Matrícula								
Nome								
Matrícula								

Controle Interno		Contador		Gestor	
Assinatura		Assinatura		Assinatura	
Nome	Cristina Silva Santos	Nome	Alfa Contabilidade Eireli	Nome	Gil Filipe Cavalcante de Medeiros
Matrícula	3022	CRC	0799/O-3	Matrícula	3583



GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA

Unidade Gestora: Procuradoria Geral do Município
Período: 23/08 – 31/12/2013

DEMONSTRATIVO DAS DOAÇÕES, SUBVENÇÕES, AUXÍLIOS E CONTRIBUIÇÕES

Entidade Beneficiada	Concessão			P.C. Junto ao Órgão Repassador	
	Valor Concedido	Processo Nº	Data do Pagamento	Processo Nº	Data
SEM MOVIMENTO					

Controle Interno		Contador		Gestor	
Assinatura		Assinatura		Assinatura	
Nome	Cristina Silva Santos	Nome	Alfa Contabilidade Eireli	Nome	Gil Filipe Cavalcante de Medeiros
Matrícula	3022	CRC	0799/O-3	Matrícula	3583



GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA

Unidade Gestora: Procuradoria Geral do Município
Período: 23/08 – 31/12/2013

DEMONSTRATIVO DAS RESPONSABILIDADES NÃO REGULARIZADAS

RESPONSÁVEL	NATUREZA DA RESPONSABILIDADE			Processo Nº	Valor R\$	Observação
	1	2	3			
Nome :						
Matrícula Nº						
Nome :	SEM MOVIMENTO					
Matrícula Nº						
Nome :						
Matrícula Nº						

LEGENDA : 1. Impugnações de despesas feitas por adiantamento 2. Desfalque ou desvio de Bens 3. Outras Irregularidades

Controle Interno		Contador		Gestor	
Assinatura		Assinatura		Assinatura	
Nome	Cristina Silva Santos	Nome	Alfa Contabilidade Eireli	Nome	Gil Filipe Cavalcante de Medeiros
Matrícula	3022	CRC	0799/O-3	Matrícula	3583

Relatório dos Restos a Pagar Inscritos - Processados e Não Processados

Órgão: 03 Procuradoria Geral do Município				Unidade Orçamentária: 0301 PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO					
Nº Emp.	Data	Modalidade	Nome do credor	Funcional Programática	Elemento	Empenhado	Processado	Não Processado	Emp. a Pagar
02120002	02/12/2013	Ordinário	CARLOS ALBERTO COLARES MENEZES	04.092.0002.2.009-0000	3.3.90.30.00	119,31	119,31	0,00	119,31
05120004	05/12/2013	Ordinário	GIL FILIPE CAVALCANTE DE MEDEIROS	04.092.0002.2.009-0000	3.3.90.14.00	66,64	66,64	0,00	66,64
08100003	08/10/2013	Ordinário	GEODESIO ANTONIO DE FREITAS SOUZ	04.092.0002.2.009-0000	3.3.90.39.00	2.700,00	2.700,00	0,00	2.700,00
Total Empenhado por Unidade Orçamentária R\$:						2.885,95	2.885,95	0,00	2.885,95
Totais R\$:						2.885,95	2.885,95	0,00	2.885,95

**GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA**

Unidade Gestora: Procuradoria Geral do Município Unidade Orçamentária: Procuradoria Geral do Município

Relatório de Pagamentos de Restos a Pagar 01/01/2013 a 31/12/2013

Doc. Caixa	N.E.	Data	Elemento	Funcional	Programática	Credor	Pagamento	Processado	Não Processado
20030011	03120066	20/03/2013	31901100	03.01.04.092.0002.2009.0000		FOLHA DE PAGAMENTO - PROCURADORIA	3.500,00	3.500,00	0,00
01040062	02010119	01/04/2013	31901300	03.01.04.092.0002.2009.0000		INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO	1.935,00	1.935,00	0,00
02050002	03120055	02/05/2013	33903600	03.01.04.092.0002.2009.0000		SILVANEIDE BARROSO DE SOUSA	1.180,00	1.180,00	0,00
							6.615,00	6.615,00	0,00



GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA

Unidade Gestora: Procuradoria Geral do Município

Período: 23/01 – 31/12/2013

RELATÓRIO DO RESPONSÁVEL PELO SETOR CONTÁBIL

Examinada a Prestação de Contas dos Ordenadores de Despesas,
referente ao exercício de 2013, constatamos:

	Sim	Não	Não Aplicável
a) a regularidade dos documentos comprovantes que deram origem aos registros contábeis	(x)	()	
b) a propriedade e regularidade dos registros contábeis	(x)	()	
c) a regularidade da execução orçamentária da despesa	(x)	()	
d) a regularidade da execução orçamentária da receita	()	()	(x)
e) a existência da ilegalidade ou irregularidades, bem como falhas que tenham causado ou possam causar prejuízo ao erário	()	(x)	

Responsável pelo Setor Contábil	Cargo
Alfa Contabilidade Eireli	Assessoria Contábil
Registro	Data
CRC CE 0799/O-3	31/12/2013

Tesoureiro		Contador		Gestor	
Assinatura		Assinatura		Assinatura	
Nome	Maria Clarice Batista dos Santos Silva	Nome	Alfa Contabilidade Eireli	Nome	Gil Filipe Cavalcante de Medeiros
Matrícula	13	CRC	0799/O-3	Matrícula	3583



GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA

Unidade Gestora: Procuradoria Geral do Município
Período: 23/08 – 31/12/2013

TERMO DE CONFERÊNCIA DE CAIXA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA

Aos 31 (Trinta e Um) dias do mês de Dezembro de 2013, efetuou-se uma verificação dos valores existentes nos cofres desta entidade, obtendo os seguintes resultados:

01. Em caixa: R\$ 0,00 (Zero Real);

02. Em banco: R\$ 23,54 (Vinte e Três Reais e Cinquenta e Quatro Centavos), discriminado da seguinte forma:

CONTA Nº	BANCO	VALOR (R\$)
BB	8.365-8	23,54
TOTAL		23,54

03. Total Geral (1+2): R\$ 23,54 (Vinte e Três Reais e Cinquenta e Quatro Centavos);

04. Demonstrativo das Conciliações Bancárias:

CONTA Nº	VR. EXTRATO (R\$)	CRÉDITOS (R\$)	DÉBITO (R\$)	OBSERVAÇÃO	SALDO REAL (R\$)
<div style="border: 1px solid black; padding: 10px; margin: 0 auto; width: 80%;"> RELAÇÃO EM ANEXO </div>					

Tesoureiro		Contador		Gestor	
Assinatura		Assinatura		Assinatura	
Nome	Maria Clarice Batista dos Santos Silva	Nome	Alfa Contabilidade Eireli	Nome	Gil Filipe Cavalcante de Medeiros
Matrícula	13	CRC	0799/O-3	Matrícula	3583



GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA: JANEIRO /2013

BANCO DO BRASIL

Agência: 2839-8

Conta Corrente: 8.365-8 – (PMA-PROCURADORIA)

Especificação		Valor R\$
	Saldo Contábil	773,98
(-)	Aplicação Financeira BB CP ADMIN SUPREMO	773,98
(=)	Saldo do Extrato Bancário	0,00

Aratuba, 02 de Janeiro de 2013.

Maria Clarice Batista dos Santos Silva
Portaria 001/2013
Tesoureira

Wilker Macedo Lima
Procurador Geral do Município
Decreto 007/2013



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33F051425361049033
05/02/2013 15:07:47

Cliente

Agência 2839-8
Conta 8365-8 PM ARAT PROCURADORIA
Mês/ano referência JANEIRO/2013

BB CP Admin Supremo - CNPJBB CP ADMIN SUPREMO

Data	Histórico	Valor	Valor IR Prej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
31/12/2012	SALDO ANTERIOR	773,98			304,232490		
31/01/2013	SALDO ATUAL	775,87			304,232490		304,232490

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	773,98
APLICAÇÕES (+)	0,00
RESGATES (-)	0,00
RENDIMENTO BRUTO (+)	1,89
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	1,89
SALDO ATUAL =	775,87

Valor da Cota

31/12/2012	2,544044179
31/01/2013	2,550240276

Rentabilidade

No mês	0,2435
No ano	0,2435
Últimos 12 meses	3,9335

Transação efetuada com sucesso por: J8150082 MARIA CLARICE BATISTA DOS SANTOS.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088

extratol

Extrato conta corrente A33D041405344851010
04/02/2013 14:34:58

Cliente - Cliente atual

Agência 2839-8
Conta corrente 8365-8 PM ARAT PROCURADORIA
Período do extrato 01/01/2013 até 31/01/2013

Lançamentos

Dt. movimento	Dt. balancete	Histórico	Documento
Valor R\$	Saldo		
28/12/2012		Saldo Anterior	
	0,00 C		
31/01/2013		S A L D O	
0,00 C	0,00 C		

Central de Atendimento BB
4004 0001 / 0800 729 0001
Para deficientes auditivos
0800 729 0088

Transação efetuada com sucesso por: J8150082 MARIA CLARICE BATISTA DOS SANTOS



GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA
PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

CONCILIAÇÃO BANCÁRIA: DEZEMBRO /2013


BANCO DO BRASIL

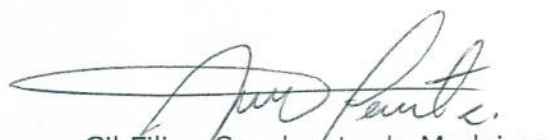
Agência: 2839-8

Conta Corrente: 8.365-8 – (PMA-PROCURADORIA)

	Especificação	Valor R\$
	Saldo Contábil	23,54
(-)	Aplicação Financeira BB CP ADMIN SUPREMO	23,54
(=)	Saldo do Extrato Bancário	0,00

Aratuba, 31 de Dezembro de 2013.


Maria Clarice Batista dos Santos Silva
Portaria 001/2013
Tesoureira


Gil Filipe Cavalcante de Medeiros
Procurador Geral do Município
Decreto 032/2013



Consultas - Investimentos Fundos - Mensal

A33V021633022253080
02/01/2014 17:24:21

Cliente

Agência 2839-8
Conta 8365-8 PM ARAT PROCURADORIA
Mês/ano referência DEZEMBRO/2013

BB CP Admin Supremo - CNPJBB CP ADMIN SUPREMO

Data	Histórico	Valor	Valor IR Prej. Comp.	Valor IOF	Quantidade cotas	Valor cota	Saldo cotas
29/11/2013	SALDO ANTERIOR	133,33			50,668956		
02/12/2013	APLICAÇÃO	334,62			127,131758	2,632072462	177,800714
09/12/2013	RESGATE	79,90			30,323773	2,634896389	147,476941
	Aplicação 27/11/2013	79,90			30,323773		
11/12/2013	RESGATE	365,27			138,569865	2,635998806	8,907076
	Aplicação 27/11/2013	53,63			20,345183		
	Aplicação 02/12/2013	311,64			118,224682		
31/12/2013	SALDO ATUAL	23,54			8,907076		8,907076

Resumo do mês

SALDO ANTERIOR	133,33
APLICAÇÕES (+)	334,62
RESGATES (-)	445,17
RENDIMENTO BRUTO (+)	0,76
IMPOSTO DE RENDA (-)	0,00
IOF (-)	0,00
RENDIMENTO LÍQUIDO	0,76
SALDO ATUAL =	23,54

Valor da Cota

29/11/2013	2,631490981
31/12/2013	2,643389701

Rentabilidade

No mês	0,4521
No ano	3,9050
Últimos 12 meses	3,9050

Transação efetuada com sucesso por: J8150082 MARIA CLARICE BATISTA DOS SANTOS.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678

Para deficientes auditivos 0800 729 0088



Extrato conta corrente

A33V021633022253079
02/01/2014 17:22:44

Ciente - Conta atual

Agência 2839-8
Conta corrente 8365-8 PM ARAT PROCURADORIA
Período do extrato 12/2013

Lançamentos

Dt. movimento	Dt. balancete	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
27/11/2013		Saldo Anterior			0,00 C
02/12/2013		+ Transferência on line	552.839.000.030.006	3.910,00 C	
		02/12 2839 30006-3 PREF M ARATUBA			
02/12/2013		Emissão de DOC	120.201	133,28 D	
02/12/2013		TED Transf.Eletr.Disponiv	120.202	3.427,30 D	
02/12/2013		+ Tar DOC/TED Eletrônico	883.361.100.052.639	7,40 D	
		Tarifa referente a 02/12/2013			
02/12/2013		+ Tar DOC/TED Eletrônico	883.361.100.052.640	7,40 D	
		Tarifa referente a 02/12/2013			
02/12/2013		BB CP Admin Supremo	70	334,62 D	0,00 C
03/12/2013		+ Transferência on line	552.839.000.030.006	996,37 C	
		03/12 2839 30006-3 PREF M ARATUBA			
03/12/2013		+ Transferência on line	552.839.000.012.065	996,37 D	0,00 C
		03/12 2839 12065-0 CARLOS ALBERTO			
09/12/2013		+ Transferência on line	552.839.000.007.900	79,90 D	
		09/12 2839 7900-6 PREF.MUN.ARATU			
09/12/2013		BB CP Admin Supremo	70	79,90 C	0,00 C
11/12/2013		+ Transferência on line	552.839.000.030.006	750,00 C	
		11/12 2839 30006-3 PREF M ARATUBA			
11/12/2013		TED Transf.Eletr.Disponiv	121.101	1.107,87 D	
11/12/2013		+ Tar DOC/TED Eletrônico	843.450.900.062.734	7,40 D	
		Tarifa referente a 11/12/2013			
11/12/2013		BB CP Admin Supremo	70	365,27 C	0,00 C
31/12/2013		SALDO			0,00 C

OBSERVAÇÕES:

Central de Atendimento BB
4004 0001 / 0800 729 0001
Para deficientes auditivos
0800 729 0088

Transação efetuada com sucesso por: J8150082 MARIA CLARICE BATISTA DOS SANTOS.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 003 de 08 de janeiro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARATUBA, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, considerando os termos do DECRETO Municipal de nº 013/97 que criou a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Aratuba.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Comissão Permanente de Licitação deste Município, composta pelos membros seguintes:

NOME	CARGO
MARIA REGINA SANTOS NUNES	PRESIDENTE
LUCINEUDA FERREIRA DOS SANTOS	MEMBRO
AGNALDO HELDER SILVA MELO	MEMBRO

Art. 2º - A Comissão Permanente de Licitação terá como suplente ANTÔNIO GLAUBER BARROSO LEÃO, DANILO TAVARES MIGUEL e RUTINALDO ALVES BATISTA, os quais na ausência, de qualquer dos membros poderão ser convocados pelo Presidente para suprirem as ausências que vierem ocorrer.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARATUBA, aos 08(oito) dias do mês de janeiro do ano de 2013.

José Ivan Santos Neto

José Ivan Santos Neto

Prefeito do Município



GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 182 de 1º de outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARATUBA, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais, considerando os termos do DECRETO Municipal de nº 013/97 que criou a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Aratuba.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar substituição pelo prazo de 30 (trinta) dias, em virtude das férias anuais, da Presidente **MARIA REGINA SANTOS NUNES**, que neste período ficará constituída conforme discriminação abaixo:

NOME	CARGO
AGNALDO HELDER SILVA MELO	PRESIDENTE
LUCINEUDA FERREIRA DOS SANTOS	MEMBRO
RUTINALDO ALVES BATISTA	MEMBRO

Art. 2º - A Comissão Permanente de Licitação terá como suplente **ANTÔNIO GLAUBER BARROSO LEÃO** e **DANILO TAVARES MIGUEL**, os quais na ausência, de qualquer dos membros poderão ser convocados pelo Presidente para suprirem as ausências que vierem ocorrer.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

COMUNIQUE-SE

PUBLIQUE-SE

E

CUMPRE-SE

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARATUBA, ao 1º (primeiro) dia do mês de outubro do ano de 2013.

José Ivan Santos Neto
JOSE IVAN SANTOS NETO
PREFEITO DO MUNICÍPIO

EDÍFICIO JOSÉ IVAN SANTOS-RUA JÚLIO PEREIRA, 304, CENTRO, CEP: 62.762-000-ARATUBA-CE
 EMAIL: pmaratubagabinete.01@gmail.com
 FONE/FAX: (85) 3329-1132 - CNPJ: 07.387.525/0001-70 - CGF: 06.920.207-9

**GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA****GABINETE DO PREFEITO**

PORTARIA Nº 065 de 30 de janeiro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARATUBA, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os Membros abaixo relacionados para operacionalização da modalidade licitatória Pregão, de acordo com a Lei nº 8.666 de 21/06/1993, e modificações posteriores e Lei nº 10.520 de 17/07/2002.

NOME	CARGO
MARIA REGINA SANTOS NUNES	PREGOEIRO
LUCINEUDA FERREIRA DOS SANTOS	EQUIPE DE APOIO
AGNALDO HELDER SILVA MELO	EQUIPE DE APOIO

Art. 2º - A equipe de apoio procederá a seus trabalhos sempre que necessário, seguindo os critérios de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º - Nas licitações na modalidade Pregão para aquisição bens e serviços comuns, compete ao pregoeiro:

- receber, examinar e decidir sobre as impugnações ao edital, comunicando os resultados aos interessados antes da sessão de julgamento, a prestar esclarecimento a seu respeito;
- esclarecer aos licitantes como os trabalhos irão ser conduzidos;
- instaurar a sessão única de licitação;
- credenciar os licitantes interessados;
- receber no início os envelopes com propostas e habilitação dos visitantes que pretendem entregá-los na sessão;
- promover a habilitação prévia dos licitantes, mediante análise de declaração formal;

RUA JÚLIO PEREIRA, 304, CENTRO, CEP: 62.762-000 – ARATUBA-CE
EMAIL: pmaratubagabinete.01@gmail.com
FONE/FAX: (85) 3329-1132 - CNPJ: 07.387.525/0001-70 – CGF: 06.920.207-9



GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA

GABINETE DO PREFEITO

- realizar abertura dos envelopes-propostas, efetuando o exame do conteúdo dos mesmos, sua adequação às especificações do edital, a análise de sua exequibilidade, efetuando, ao depois a classificação das propostas;
- seleção, conforme critérios e editalícios dos licitantes para etapa de lances;
- condução da etapa de lances, promovendo a escolha da proposta com lances de menor valor;
- verificação de exequibilidade e aceitabilidade da proposta vencedora nos lances;
- realização de negociações com o vencedor se necessário;
- análise e julgamento da habilitação quanto aos documentos do licitante que ofereceu a melhor proposta, e eventualmente dos demais licitantes quando for necessária a abertura de seus envelopes de documentação;
- elaboração de ata da sessão, relatando todas as ocorrências;
- orientação dos trabalhos da equipe de apoio;
- recebimento, deferimento e exame dos recursos administrativos apresentados;
- envio do processo administrativo à autoridade superior para adjudicação e homologação.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARATUBA, aos 30(trinta) dias do mês de janeiro do ano de 2013.

José Ivan Santos Neto
José Ivan Santos Neto
 Prefeito do Município

RUA JÚLIO PEREIRA, 304, CENTRO, CEP: 62.762-000 – ARATUBA-CE

EMAIL: pmaratubagabinete.01@gmail.com

FONE/FAX: (85) 3329-1132 - CNPJ: 07.387.525/0001-70 – CGF: 06.920.207-9

**GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA****GABINETE DO PREFEITO**

PORTARIA Nº 183 de 1º de outubro de 2013.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARATUBA, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar Membros substitutos pelo prazo de 30 (trinta) dias por ocasião das férias anuais, do membro, Presidente: Senhora MARIA REGINA SANTOS NUNES, no prazo acima mencionado a nova formação será a abaixo relacionada para operacionalização da modalidade licitatória Pregão, de acordo com a Lei nº 8.666 de 21/06/1993, e modificações posteriores e Lei nº 10.520 de 17/07/2002.

NOME	CARGO
AGNALDO HELDER SILVA MELO	PREGOEIRO
LUCINEUDA FERREIRA DOS SANTOS	EQUIPE DE APOIO
RUTINALDO ALVES BATISTA	EQUIPE DE APOIO

Art. 2º - A equipe de apoio procederá a seus trabalhos sempre que necessário, seguindo os critérios de acordo com a legislação vigente.

Art. 3º - Nas licitações na modalidade Pregão para aquisição bens e serviços comuns, compete ao pregoeiro:

- receber, examinar e decidir sobre as impugnações ao edital, comunicando os resultados aos interessados antes da sessão de julgamento, a prestar esclarecimento a seu respeito;
- esclarecer aos licitantes como os trabalhos irão ser conduzidos;

EDÍFICIO JOSÉ IVAN SANTOS-RUA JÚLIO PEREIRA, 304, CENTRO, CEP: 62.762-000-ARATUBA-CE

EMAIL: pmaratubagabinete.01@gmail.com

FONE/FAX: (85) 3329-1132 - CNPJ: 07.387.525/0001-70 - CGF: 06.920.207-9



GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA

GABINETE DO PREFEITO

- instaurar a sessão única de licitação;
- credenciar os licitantes interessados;
- receber no início os envelopes com propostas e habilitação dos visitantes que pretendem entregá-los na sessão;
- promover a habilitação prévia dos licitantes, mediante análise de declaração formal;
- realizar abertura dos envelopes-propostas, efetuando o exame do conteúdo dos mesmos, sua adequação às especificações do edital, a análise de sua exequibilidade, efetuando, ao depois a classificação das propostas;
- seleção, conforme critérios e editalícios dos licitantes para etapa de lances;
- condução da etapa de lances, promovendo a escolha da proposta com lances de menor valor;
- verificação de exequibilidade e aceitabilidade da proposta vencedora nos lances;
- realização de negociações com o vencedor se necessário;
- análise e julgamento da habilitação quanto aos documentos do licitante que ofereceu a melhor proposta, e eventualmente dos demais licitantes quando for necessária a abertura de seus envelopes de documentação;
- elaboração de ata da sessão, relatando todas as ocorrências;
- orientação dos trabalhos da equipe de apoio;
- recebimento, deferimento e exame dos recursos administrativos apresentados;
- envio do processo administrativo à autoridade superior para adjudicação e homologação.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDÍFICIO JOSÉ IVAN SANTOS-RUA JÚLIO PEREIRA, 304, CENTRO, CEP: 62.762-000-ARATUBA-CE

EMAIL: pmaratubagabinete.01@gmail.com

FONE/FAX: (85) 3329-1132 - CNPJ: 07.387.525/0001-70 - CGF: 06.920.207-9



GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA

GABINETE DO PREFEITO

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

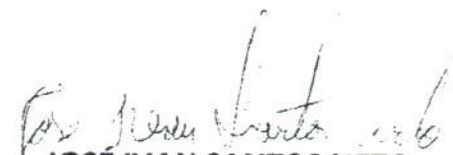
COMUNIQUE-SE

PUBLIQUE-SE

E

CUMPRA-SE

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARATUBA, ao 1º
(primeiro) dia do mês de outubro do ano de 2013.


JOSÉ IVAN SANTOS NETO
PREFEITO DO MUNICÍPIO

EDÍFICIO JOSÉ IVAN SANTOS-RUA JÚLIO PEREIRA, 304, CENTRO, CEP: 62.762-000-ARATUBA-CE

EMAIL: pmaratubagabinete.01@gmail.com

FONE/FAX: (85) 3329-1132 - CNPJ: 07.387.525/0001-70 - CGF: 06.920.207-9



GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA

Unidade Gestora: Procuradoria Geral do Município
Período: 23/08 – 31/12/2013

RELAÇÃO DAS ENTIDADES BENEFICIADAS POR CONVÊNIO

Entidade Beneficiada	Valor Empenhado (R\$)	Valor Pago (R\$)
SEM MOVIMENTO		

Controle Interno		Contador		Gestor	
Assinatura		Assinatura		Assinatura	
Nome	Cristina Silva Santos	Nome	Alfa Contabilidade Eireli	Nome	Gil Filipe Cavalcante de Medeiros
Matrícula	3022	CRC	0799/O-3	Matrícula	3583



GOVERNO MUNICIPAL DE ARATUBA

RUA JÚLIO PEREIRA, 304, CENTRO, CEP: 62.762-000 – ARATUBA-CE
EMAIL: pmaratubagabinete.01@gmail.com
FONE: (85) 3329-1132 - CNPJ: 07.387.525/0001-70 – CGF: 06.920.207-9



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARATUBA
GABINETE DO PREFEITO

Lei Municipal Nº 416/2012

Aratuba, 25 de agosto de 2012.

Fixa o subsídio dos Secretários Municipais do Município de Aratuba para a legislatura 2013 - 2016 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARATUBA, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal de Aratuba - Ce aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - O subsídio dos ocupantes de cargos em comissão de Secretários Municipais na forma constitucionalmente prevista, fica fixado em R\$ 3.000,00 (três mil reais), a partir de 1º de janeiro de 2013.

Art. 2º - O valor fixado no artigo anterior somente poderá ser alterado por Lei específica por iniciativa do Poder Legislativo, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e nos mesmos índices em que ocorrer a dos demais servidores municipais.

Art. 3º - Aplicam-se a esses agentes políticos administrativos, no que couber, as normas estatutárias, especialmente o direito de férias e a gratificação natalina nas mesmas condições em que estas vantagens forem pagas aos demais servidores municipais.

Art. 4º - As despesas decorrentes da presente Lei serão atendidas por dotação orçamentária própria.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, e produzirá seus efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2013, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARATUBA, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de agosto de 2012.


Júlio César Lima Batista
Prefeito do Município

408.354

Data	Nº Emp.	Nome do credor	Funcional Programática	Elemento	Nota Fiscal	Vlr Liquidado R\$	Var. Pat.
23/09/2013	17090004	M J COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA E TELECOMUN	04.092.0002.2.009-0000	4.4.90.52.00	16642	1.676,00	B. Móvel
		Histórico: Valor que se empenha para fazer face as despesas com aquisição de microcomputador completo processador Intel Core I3 e 03(três) estabilizadores para uso na Procuradoria Geral do Município.					
		Cód. Item	Nome do item	Valor Unitário R\$	Quantidade	Valor Total R\$	
		4993	COMPUTADOR COMPLETO PROCESSADOR INTEL CORE I3	1.676,000	1	1.676,000	
23/09/2013	17090004	M J COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA E TELECOMUN	04.092.0002.2.009-0000	4.4.90.52.00	16641	61,00	B. Móvel
		Histórico: Valor que se empenha para fazer face as despesas com aquisição de microcomputador completo processador Intel Core I3 e 03(três) estabilizadores para uso na Procuradoria Geral do Município.					
		Cód. Item	Nome do item	Valor Unitário R\$	Quantidade	Valor Total R\$	
		11209	ESTABILIZADOR	61,000	1	61,000	
Total por Unidade Orçamentária R\$:						1.737,00	
Total por Unidade Gestora R\$:						1.737,00	
Total Geral R\$:						1.737,00	



Lei Municipal Nº. 0125/98 de 23 de outubro de 1998.

Cria a Procuradoria Geral do Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ARATUBA - CEARÁ, no uso de suas atribuições legais,
Faço saber que a Câmara Municipal de Aratuba - CE aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

TÍTULO I
DA COMPETÊNCIA, DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO
DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I
DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 1º - Fica criada a Procuradoria Geral do Município, com nível hierárquico de Secretaria do Município e subordinação direta ao Chefe do Poder Executivo Municipal.

CAPÍTULO II
DA COMPETÊNCIA

Art. 2º - A Procuradoria Geral do Município é uma instituição permanente, essencial ao exercício das funções administrativas e jurisdicional no âmbito do Município, com nível hierárquico de Secretaria do Município e subordinada diretamente ao Chefe do Poder Executivo Municipal, sendo responsável, em toda a sua plenitude, pela defesa de seus interesses em juízo e fora dele, bem como pelas funções de consultoria jurídica, ressalvadas as competências autárquicas, sob a égide dos princípios da legalidade e da indisponibilidade dos interesses públicos.

Art. 3º - Compete à Procuradoria Geral do Município:

- I. representar judicial e extrajudicialmente o Município, em defesa de seus interesses, do seu patrimônio e da Fazenda Pública, nas ações cíveis, trabalhistas e de acidentes do trabalho, falimentares e nos processos especiais em que for autor, réu ou terceiro interveniente;
- II. promover, privativamente, a cobrança amigável ou judicial da dívida ativa, tributária ou não, da Fazenda Pública, funcionando em todos os processos em que haja interesse fiscal do Município;
- III. representar os interesses do Município junto ao Contencioso Administrativo Tributário e ao Tribunal de Contas dos Municípios;
- IV. elaborar minutas de informações a serem prestadas ao Poder Judiciário, nos mandados de segurança em que o Prefeito, os Secretários do Município e demais autoridades de idêntico nível hierárquico da Administração Centralizada forem apontadas como autoridades coatoras;
- V. representar ao Prefeito sobre providências de ordem jurídica que lhe pareçam reclamadas pelo interesse público e pela boa aplicação das leis vigentes;
- VI. propor ao Prefeito, aos Secretários do Município e às autoridades de idêntico nível hierárquico as medidas que julgar necessárias à uniformização da legislação e da jurisprudência administrativa, tanto na Administração Direta, como na Indireta e Fundacional;
- VII. examinar os processos de aposentadoria e de retificação de aposentadoria, acompanhando a execução dos respectivos atos, a fim de assegurar a legalidade de suas concessões;

Rua Júlio Pereira, 731 CEP 62.762-000 ARATUBA - CE
CGC 07.387.525/0001-70 Fone (085) 329-1210



- VIII. examinar os pedidos de dispensa e de declaração de inexigibilidade de licitação;
- IX. fiscalizar a legalidade dos atos da administração pública direta, indireta e fundacional, propondo, quando for o caso, a anulação deles, ou quando necessário as ações judiciais cabíveis;
- X. requisitar aos órgãos e entidades da Administração Municipal, certidões, cópias, exames, informações, diligências e esclarecimentos necessários ao cumprimento de suas finalidades institucionais;
- XI. celebrar convênios com órgãos semelhantes dos demais Municípios que tenham por objetivo a troca de informações e o exercício de atividades de interesse comum, bem como o aperfeiçoamento e a especialização dos Procuradores do Município;
- XII. manter estágio de estudantes de Direito e de Biblioteconomia, na forma da legislação pertinente;
- XIII. avocar o exame de qualquer processo administrativo ou judicial que se relacione com qualquer órgão da Administração do Município, inclusive autárquica e fundacional;
- XIV. propor medidas de caráter jurídico que vise proteger o patrimônio do Município ou a aperfeiçoar as práticas administrativas;
- XV. sugerir ao Prefeito e recomendar aos Secretários do Município a adoção de providências necessárias à boa aplicação das leis vigentes;
- XVI. desenvolver atividades de relevante interesse municipal, das quais especificamente a encarregue o Prefeito Municipal;
- XVII. transmitir aos Secretários do Município e a outras autoridades, diretrizes de teor jurídico, emanadas do Prefeito Municipal;
- XVIII. cooperar na formação de proposições de caráter normativo;

Parágrafo Único - Os pronunciamentos da Procuradoria Geral, nos processos submetidos a seu exame e parecer, esgotam a apreciação da matéria no âmbito administrativo municipal, deles só podendo discordar o Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO III DA ESTRUTURA

Art. 4º - A Procuradoria Geral do Município tem a seguinte estrutura organizacional básica:

- 1 - Procurador Geral do Município
- 2 - Procurador Assistente
- 3 - Órgãos de Atuação Programática
 - 3.1 - Procuradoria Judicial
 - 3.2 - Procuradoria Fiscal
 - 3.3 - Procuradoria Patrimonial
 - 3.4 - Procuradoria Jurídico-Administrativo
 - 3.5 - Consultoria
 - 3.6 - Assistência Jurídica Gratuita aos Necessitados

Art. 5º - Ficam criados os cargos abaixo relacionados, que comporão a estrutura organizacional básica da Procuradoria Geral do Município:

I - Cargos de Direção e Assessoramento, Nomeados em Comissão:

- Procurador Geral do Município;
- Procurador Assistente.

II - Parte Permanente de Provimento Efetivo:

Rua Júlio Pereira, 731 CEP 62.762-000 ARATUBA - CE
CGC 07.387.525/0001-70 Fone (085) 329-1210



- Procurador do Município.

Parágrafo Único - A denominação, a simbologia e a quantificação dos cargos acima mencionados, passam a ser os constantes do Anexo I, referente aos Cargos Comissionados e constantes do Anexo II, referente aos Cargos de Provimento Efetivo, ambos os Anexos partes integrantes desta Lei.

SEÇÃO I DO PROCURADOR GERAL

Art. 6º - A Procuradoria Geral do Município tem por Chefe o Procurador Geral do Município, nomeado livremente, em comissão, pelo Prefeito Municipal, dentre advogados com, pelo menos 08 (oito) anos de prática forense e, no mínimo, 30 (trinta) anos de idade, de notório saber jurídico e reputação ilibada.

Parágrafo Único - O Procurador Geral do Município gozará das prerrogativas e honras protocolares correspondentes às de Secretário do Município, sendo, nos casos de ausência ou impedimento, substituído pelo Procurador Assistente.

Art. 7º - São atribuições do Procurador Geral do Município:

- I. superintender os serviços jurídicos e administrativos da Procuradoria Geral do Município;
- II. representar o Município em qualquer juízo ou instância, de caráter civil, fiscal, trabalhista, de acidente de trabalho, falimentar ou especial, nas ações em que o mesmo for parte, autor, réu assistente ou oponente;
- III. receber, pessoalmente, quando não delegar tal atribuição ao procurador Assistente, as citações relativas a quaisquer ações ajuizadas contra o Município, em que seja interessado;
- IV. desistir, firmar compromisso e confessar nas ações de interesse do Município, desde que previamente autorizado pelo Prefeito;
- V. representar os interesses do Município junto ao Contencioso Administrativo Tributário, pessoalmente, ou através de Procurador do Município que designar;
- VI. minutar informações em mandados de segurança, impetrados contra despacho ou ato do Prefeito, Secretários do Município e dirigentes de órgão da Administração Direta;
- VII. sugerir ao Prefeito a propositura de ação de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo e elaborar as informações que lhe caiba prestar, na forma da Constituição da República e da legislação específica;
- VIII. delegar competência ao Procurador Assistente e aos Procuradores do Município;
- IX. expedir instruções e provimentos para os servidores da Procuradoria Geral, sobre o exercício das respectivas funções;
- X. exercer as atribuições previstas na legislação de pessoal, como competência dos Secretários do Município no que concerne ao pessoal técnico-jurídico e administrativo da Procuradoria Geral;
- XI. propor, a quem de direito, declaração de nulidade ou anulação de quaisquer atos administrativos manifestamente inconstitucionais ou ilegais;
- XII. assessorar o Chefe do Poder Executivo em assuntos de natureza jurídica de interesse da Administração Pública;
- XIII. submeter a despacho do Chefe do Poder Executivo o expediente que depender de sua decisão;
- XIV. apresentar, anualmente, ao Prefeito, relatório das atividades da Procuradoria Geral;
- XV. requisitar, com atendimento prioritário, aos Secretários do Município ou dirigentes de órgão ou entidades da Administração Direta ou Indireta, inclusive Fundacional, certidões, cópias, diligências ou esclarecimentos necessários ao exercício de suas atribuições;



- XVI. requerer ao Prefeito a remoção ou disposição de servidores de outros órgãos da Administração Municipal, para prestarem serviços junto à Procuradoria Geral;
- XVII. decidir sobre os casos de aplicação do disposto no Art. 3º, XIV, desta Lei, distribuindo, a seu critério, entre os Procuradores do Município, os processos avocados;
- XVIII. reunir, quando conveniente, sob sua Presidência, o procurador Assistente e os Procuradores do Município, para exame e debate de matéria considerada de alta relevância jurídica;
- XIX. promover a distribuição dos serviços entre os diferentes órgãos da Procuradoria Geral para elaboração de parecer e adoção de outras providências e encaminhar os expedientes para as proposições ou defesas de ações;
- XX. conceder, em fase de execução fiscal, o parcelamento de débitos tributários, com observância das condições estabelecidas pelo Prefeito Municipal, bem como a dispensa total ou parcial dos honorários devidos pelo executado;
- XXI. exercer outras atribuições inerentes às funções de seu cargo.

SEÇÃO II DO PROCURADOR ASSISTENTE

Art. 8º - O Procurador Assistente será nomeado, em comissão, pelo Prefeito Municipal, dentre advogados com pelo menos 02 (dois) anos de prática forense, de notório saber jurídico e reputação ilibada, cabendo-lhe:

- I. assessorar o Procurador Geral no exercício de suas funções;
- II. elaborar pareceres jurídicos, peças processuais e minutas, bem como realizar estudos e pesquisas de interesse do Órgão, quando para isso designado pelo Procurador Geral;
- III. colaborar com os demais órgãos da Procuradoria Geral, quando designado para tal;
- IV. substituir o Procurador Geral do Município, na hipótese prevista no parágrafo único do Art. 6º, desta Lei.

SEÇÃO III DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO PROGRAMÁTICA

Art. 9º - Os órgãos de execução programática, diretamente subordinados ao Procurador Geral, são responsáveis pelas atividades contenciosas e de consultoria jurídica da Procuradoria Geral, bem como pelas já mencionadas no Art. 3º, desta Lei, compreendendo as seguintes áreas:

- I. Procuradoria Judicial
- II. Procuradoria Fiscal
- III. Procuradoria Patrimonial
- IV. Procuradoria Jurídico-Administrativo
- V. Consultoria
- VI. Assistência Jurídica Gratuita aos Necessitados

TÍTULO II DOS SERVIDORES LOTADOS NA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CAPÍTULO I DO REGIME JURÍDICO

Art. 10 - O regime jurídico dos Procuradores e servidores lotados na Procuradoria Geral do Município é o de direito público administrativo, previsto nesta Lei, no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Aratuba e legislação complementar.



CAPÍTULO II DOS PROCURADORES DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I DO CONCURSO INICIAL

Art. 11 - Os cargos da classe inicial da carreira de Procurador do Município serão providos por concurso público específico de provas e títulos, realizados pela Prefeitura Municipal de Aratuba do Município, podendo à ele concorrer somente Bacharéis em Direito, de reputação ilibada, comprovando ter pelo menos 1 (um) ano de prática forense, e estar em plena gozo de seus direitos civis e políticos.

SEÇÃO II DAS GARANTIAS E PRERROGATIVAS

Art. 12 - O Procurador do Município, no exercício de suas funções, goza de independência e das prerrogativas inerentes a atividade advocatícia, inclusive imunidade funcional quanto às opiniões de natureza técnico-científica emitidas em parecer, petição ou qualquer arrazoado produzido em processo administrativo ou judicial.

Parágrafo Único - Cabe ao Procurador do Município a faculdade de requisitar informações escritas, exames e diligências que julgar necessárias ao desempenho de suas atividades e a instauração de procedimentos policiais para apuração das infrações penais praticadas contra bens, serviços ou interesses do Município.

CAPÍTULO III DO REGIME DISCIPLINAR

SEÇÃO I DAS PENALIDADES

Art. 13 - Os membros da carreira de Procurador do Município são passíveis das seguintes penalidades:

- I. advertência;
- II. repreensão;
- III. suspensão até 90 (noventa) dias;
- IV. demissão;

Parágrafo Único - A imposição das penalidades previstas neste artigo compete:

- I. ao Procurador Geral do Município as dos incisos I, II e III;
- II. ao Prefeito Municipal, a do inciso IV.

Art. 14 - As penalidades previstas no artigo anterior serão aplicadas:

- I. as de advertência, em caráter reservado, oralmente ou por escrito, nos casos de falta grave;
- II. a de repreensão, reservadamente, por escrito, nos casos de desobediência ou de falta de cumprimento do dever de reincidência em falta leve ou de procedimento reprovável;
- III. a de suspensão, no caso de falta grave, reincidência em falta já punida com pena mais leve ou procedimento incompatível com o decôro do cargo ou da função;



- IV. a de demissão, em caso de prática de ato que incompatibilize o membro da carreira de Procurador do Município com a função, incontinência pública, embriaguez habitual, e uso ilegal de tóxicos, crimes contra a Administração Pública e abandono do cargo.

Parágrafo Único - A pena de suspensão importa, enquanto durar, a perda dos direitos e vantagens inerentes ao exercício do cargo ou função.

SEÇÃO II DO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR

Art. 15 - A apuração de infração imputada a integrantes da carreira de Procurador do Município será feita por sindicância ou processo administrativo mediante de terminação do Procurador Geral, assegurando-se ao acusado amplo direito de defesa.

SEÇÃO III DOS RECURSOS

Art. 16 - Da aplicação de penas impostas pelo Procurador Geral cabe recurso, em última instância, ao Prefeito Municipal.

Art. 17 - O recurso não terá efeito suspensivo e será interposto no prazo de 05 (cinco) dias, contados da ciência do interessado.

Art. 18 - O recurso será apresentado em petição fundamentada ao Procurador Geral, que o receberá e mandará juntar ao processo, encaminhando-o ao Prefeito Municipal, no prazo de 05 (cinco) dias.

SEÇÃO IV DAS ATRIBUIÇÕES E DEVERES

Art. 19 - Ao Procurador do Município incumbe desempenhar, além das que lhe forem delegadas, todas as atribuições inerentes aos órgãos de execução programática, assim definidas pelo Procurador Geral do Município.

Art. 20 - O Procurador do Município cumprirá o expediente normal de 06 (seis) horas diárias, num total de 30 (trinta) horas semanais, podendo parte do expediente ser cumprido fora da Procuradoria Geral, quando ocorrer motivo superior devidamente comprovado.

Art. 21 - Ao Procurador do Município é defeso confessar, desistir, acordar ou deixar de usar de todos os recursos cabíveis em processos judiciais, salvo quando expressamente autorizado pelo Procurador Geral, nos termos da lei.

Art. 22 - O Procurador do Município responderá disciplinarmente pelos danos que causar à Fazenda Pública e à Administração, em virtude de negligência no exercício de suas atribuições.

Parágrafo Único - O Procurador do Município terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, salvo se menor lhe for fixado para a propositura das ações judiciais a ele atribuídas e de 05 (cinco) dias úteis para emitir parecer em processo administrativo, exceto nos casos de maior complexidade, quando o prazo poderá ser dilatado pelo Procurador Geral do Município.



Art. 23 - Ao Procurador do Município, sob pena de responsabilidade disciplinar e conseqüente perda do cargo, é proibido:

- I. receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, percentagens ou vantagens nos processos submetidos ao seu exame ou patrocínio;
- II. patrocinar a defesa de terceiros em qualquer processo judicial ou administrativo em que haja interesse do Município.

Art. 24 - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias que serão suplementadas em caso de insuficiência.

Art. 25 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos financeiros retroativos a 01 de outubro de 1998, revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura do Município de Aratuba, Estado do Ceará, aos 23 (vinte e três) dias do mês de outubro de 1998.


Júlio César Lima Batista
Prefeito Municipal



ANEXO I A QUE SE REFERE A LEI MUNICIPAL Nº 125/98 DE 23 DE OUTUBRO DE 1998.

CATEGORIA FUNCIONAL	CARGOS COMISSIONADOS	REF.	QUANT	VALORES	
				VENCI- MENTO	REPRESEN- TAÇÃO
ADM SUPERIOR	PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO	CC-1	01	540,00	460,00
	PROCURADOR ASSISTENTE	CC-2	01	420,00	280,00

ANEXO II A QUE SE REFERE A LEI MUNICIPAL Nº 125/98 DE 23 DE OUTUBRO DE 1998.

CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO

CARGO	CATEGORIA	QUANTIDADE	VENCIMENTO
PROCURADOR DO MUNICÍPIO	ANS	02	R\$800,00



EDITAL DE PUBLICAÇÃO

O Prefeito do Município de Aratuba, no uso de competências que lhe confere o Artigo 28, Inciso X, da Constituição do Estado do Ceará, RESOLVE, publicar nesta data mediante afixação nos locais de amplo acesso público e pelos demais meios de divulgação de que dispõe o Município de Aratuba, a LEI Nº 125/1998 de 23 de outubro de 1998.

PUBLIQUE-SE

DIVULGUE-SE

CUMPRA-SE

PAÇO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ARATUBA - CE, aos 23 (vinte e três) dias do mês de outubro de 1998.



03 DR 800113

Cartório Lima Batista
Aratuba-Ce

Presente cópia fotostática confere com o original nestas notas. Dou fé.
Em Testemunho _____ da verdade. Aratuba-ce

01 FEV 2010

☐ Carlos Henrique Germano da Silva Titular (respondendo)
☐ Vladiane Silva Bandeira Público Escrevente Substituto
VÁLIDO SOMENTE COM SELO DE AUTENTICIDADE

Júlio César Lima Batista
Prefeito do Município



ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Emitido em: 22/04/2014 13:31

Protocolo nº 100496/14

Dados do Responsável:

Tipo de Processo: Prestação de Contas de Gestão
Município: ARATUBA
Unidade Gestora: Procuradoria Geral do Município
Exercício: 2013
Unidades Orçamentárias:
Procuradoria Geral do Município

Ordenador de Despesa

Nome completo: GIL FILIPE CAVALCANTE DE MEDEIROS
CPF: 972.665.743-15
Endereço para correspondência: RUA PEDRO MACHADO, 571 - BOM FUTURO - FORTALEZA
Tel. Fixo: (85) 3329-1132
Tel. Celular: (85) 8899-0751
Email: gilfmedeiros@gmail.com
Email alternativo: processos.aratuba@alfacons.com.br

Dados da Gestão:

Contador/Empresa Responsável

Nome Completo: JOSÉ WELLINGTON DA SILVA
CRC-CE: 1342007
CPF: 314.101.973-87
Endereço para correspondência: RUA PEREIRA FILGUEIRAS, 828 - CENTRO
Tel. Fixo: (85) 3308-0000
Tel. Celular: (85) 9164-4300
Email: wellington@alfacons.com.br
Email alternativo:

Razão Social: ALFA CONTABILIDADE EIRELI
CRC-CE: 079903
CNPJ: 11.453.621/0001-47
Endereço para correspondência: RUA PEREIRA FILGUEIRAS, 828 - CENTRO
Tel. Fixo: (85) 3308-0000
Tel. Celular: (85) 9164-4300
Email: alfa@alfacons.com.br
Email alternativo:

Valor da despesa orçada e empenhada: R\$ 71.576,41
Valor da despesa liquidada: R\$ 71.576,41
Valor da despesa pago: R\$ 68.690,46

Documentos anexados (total arquivos: 24):

Ofício - Assinado.pdf - Art. 6º Inciso I, I.N. 03-2013
Nomeação Gil Filipe - Assinado.pdf - Art. 6º Inciso I, I.N. 03-2013
Informações Cadastrais Modelo 01 - Assinado - Assinado.pdf - Art. 6º Inciso II, I.N. 03-2013



ESTADO DO CEARÁ
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Informações Cadastrais Modelo 02 - Assinado - Assinado.pdf - Art. 6º Inciso II, I.N. 03-2013
Procuradoria Balanço - Assinado - Assinado.pdf - Art. 6º Inciso III, I.N. 03-2013
Adiantamentos Concedidos - Assinado - Assinado.pdf - Art. 6º Inciso IV, I.N. 03-2013
Doacoes e Contribuicoes - Assinado - Assinado.pdf - Art. 6º Inciso V, I.N. 03-2013
Responsabilidades Nao Regularizadas - Assinado - Assinado.pdf - Art. 6º Inciso VI, I.N. 03-2013
RPINSCRITOS - Assinado - Assinado.pdf - Art. 6º Inciso VII, I.N. 03-2013
RPPagos - Assinado - Assinado.pdf - Art. 6º Inciso VII, I.N. 03-2013
Responsavel Setor Contabil - Assinado - Assinado.pdf - Art. 6º Inciso VIII, I.N. 03-2013
Termo de Conferencia de Caixa - Assinado - Assinado.pdf - Art. 6º Inciso IX, I.N. 03-2013
Janeiro PGM - Assinado.pdf - Art. 6º Inciso X, I.N. 03-2013
Dezembro PGM - Assinado.pdf - Art. 6º Inciso X, I.N. 03-2013
Comissão Permanente - Assinado.pdf - Art. 6º Inciso XI, I.N. 03-2013
Comissão Permanente Substituto - Assinado.pdf - Art. 6º Inciso XI, I.N. 03-2013
Comissão Pregão - Assinado.pdf - Art. 6º Inciso XI, I.N. 03-2013
Comissão Pregão Substituto - Assinado.pdf - Art. 6º Inciso XI, I.N. 03-2013
Ent Beneficiadas - Assinado - Assinado.pdf - Art. 6º Inciso XII, I.N. 03-2013
Subsídios Secretários - Assinado.pdf - Outros
MUTAÇÕES - Assinado - Assinado.pdf - Outros
1_pdfsam_Lei PGM - Assinado.pdf - Outros
2_pdfsam_Lei PGM - Assinado.pdf - Outros
3_pdfsam_Lei PGM - Assinado.pdf - Outros